

# #Opinião: “Eventos meteorológicos extremos mais frequentes e intensos. Uma consequência das alterações climáticas”

3 de Abril, 2023

*Por: Filipe Duarte Santos, presidente do CNADS – Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável*

As emissões de gases com efeito de estufa (GEE), em particular CO<sub>2</sub> (dióxido de carbono), CH<sub>4</sub> (metano), e N<sub>2</sub>O (óxido nitroso), resultantes de atividades humanas realizadas a partir da Revolução Industrial, provocaram um elevado aumento das suas concentrações atmosféricas, gerando uma mudança climática global que tem impactos progressivamente mais graves em todo o mundo.

Desde meados do século XVIII, a temperatura média global da atmosfera à superfície aumentou 1,1°C. Cerca de dois terços do aquecimento ocorreu a partir de 1975 a um ritmo de 0,15-0,2°C por década. As emissões acumuladas de CO<sub>2</sub> no período 1850-2019 provenientes da combustão dos combustíveis fósseis e da indústria foram 1640 GtCO<sub>2</sub> (Giga (10<sup>9</sup>) toneladas de CO<sub>2</sub>) e no ano de 2021 atingiram um máximo histórico de 36.6 GtCO<sub>2</sub>. Desde a entrada em vigor da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (CQNUAS) em 1994, a percentagem de energia primária global assegurada pela combustão dos combustíveis fósseis manteve-se com valores próximos de 80%. O mundo está confrontado com o desafio urgente de reduzir as emissões de GEE, isto é, de mitigar as alterações climáticas. O Acordo de Paris é o mecanismo multilateral aprovado pela CQNUAC em 2015 para coordenar e otimizar a descarbonização da economia global.

As alterações climáticas antropogénicas caracterizam-se principalmente por um aumento da temperatura média global da atmosfera à superfície, frequentemente designado aquecimento global. Caracterizam-se também por uma maior frequência e intensidade de eventos meteorológicos extremos, tais como ondas de calor, secas, eventos combinados de seca e ondas de calor que contribuem para agravar o risco de incêndios florestais e rurais. Caracterizam-se ainda por chuvas muito intensas em períodos de tempo curtos, causadoras de inundações, cheias, enxurradas e deslizamentos de terras. Finalmente provocam mudanças nos regimes de precipitação regional e a subida do nível médio global do mar. De um modo geral os eventos extremos são aqueles que causam perdas e danos mais graves. A Região do Mediterrâneo é muito vulnerável às alterações climáticas, principalmente por estar a sofrer uma diminuição da precipitação média anual. A partir dos finais da década de 1960, começou a chover menos em Portugal Continental, principalmente nos meses de janeiro, fevereiro e março, muito importantes para os recursos hídricos, agricultura, florestas e biodiversidade. A nova tendência reforça o contraste entre um Norte húmido, mas agora menos húmido, e um Sul seco, mas agora mais árido. A um período de seca severa ou extrema pode suceder um período de chuvas muito intensas que

originam inundações. Foi o que aconteceu em Portugal Continental no ano de 2022. À seca extrema de 2021-2022 seguiram-se chuvas muito intensas e sucessivas nos meses de novembro e dezembro de 2022 que originaram inundações graves em várias regiões do país. Em Lisboa o montante dos prejuízos causados pelas chuvas foi avaliado em 49 milhões de euros. Vamos ter que nos adaptar às ondas sucessivas de eventos meteorológicos cada vez mais frequentes e intensos, por meio de avisos e ações que diminuam a severidade das perdas e danos. A única forma de erradicar este risco, que afeta todo o mundo, é travar as alterações climáticas mediante uma transição energética para descarbonizar a economia mundial. Este processo já se iniciou, e a EU é líder na descarbonização, mas sendo o problema global todos os países têm de a fazer para evitar os impactos cada vez mais graves e destruidores das alterações climáticas.

***Este artigo foi incluído na edição 98 da Ambiente Magazine***